



Aprovado, fundo de incentivo à leitura segue para a Câmara



Vol. Fernandes/FEW

Projeto foi aprovado em decisão terminativa na CAE e será enviado à Câmara caso não seja apresentado recurso

Um dia depois do Dia Nacional do Livro Infantil (18 de abril), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a criação do Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado a incentivar a produção e venda de livros. Para virar lei, o projeto,

do senador José Sarney, ainda passará pela Câmara. O fundo contará com recursos do Tesouro Nacional e doações. Será usado para atualizar o acervo de bibliotecas públicas e ampliar o acesso de deficientes visuais a livros em braile. 7

Na comparação com pessoas de outros países, brasileiro vê muita TV e ouve muito rádio, mas ainda lê pouco: fundo pretende incentivar o hábito da leitura desde cedo

Restituição do IR pode sair mais cedo para professor 7

Desafio é tirar planos do papel, admite diretor da Sudene 6



Aparelhos para dessalinizar água recebem incentivo fiscal 4

Senadores Inácio Arruda, João Claudino e Vanessa Grazziotin, durante a reunião da CAE ontem

Índios reclamam justiça e apontam omissão

Em debate na Comissão de Direitos Humanos ontem, Dia do Índio, caciques criticaram atuação do governo

e cobraram combate ao contrabando de minérios e ao narcotráfico. Ouidor da Funai defendeu instituição. 8



José Varella/Senado Federal

Paulo Paim e Ana Rita ouvem Álvaro Tukano, ao lado de Marilena Macuxi: violação de direitos indígenas



J. Freitas/Senado Federal

Walter Pinheiro e Humberto Costa, relatores, não alteraram projeto da Câmara

Urgência na tramitação do projeto que abre sigilo de documentos

A expectativa é que as regras para divulgação de documentos públicos

sigilosos sejam sancionadas até 3 de maio, Dia da Liberdade de Imprensa. 3

CMO aprova aumento de recursos para Bolsa Família 2

Crédito suplementar ao Orçamento da União deste ano serve para cobrir o reajuste dos benefícios anunciado pela presidente Dilma Rousseff

CMO aprova mais R\$ 755 mi para o Bolsa Família

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem crédito suplementar para o programa Bolsa Família, no valor de R\$ 755 milhões (PLN 1/11). O crédito servirá de complementação para pagamento do reajuste médio de 19,4% dos benefícios.

O menor valor passou de R\$ 22 para R\$ 32, enquanto o maior foi de R\$ 200 para R\$ 242. O recurso foi remanejado do Orçamento da Seguridade Social da União.

De acordo com o relator da proposta na comissão, senador Walter Pinheiro (PT-BA), o reajuste dos benefícios provocará, neste ano, uma despesa adicional de R\$ 2,095 bilhões.

Para fechar a conta e não comprometer a meta de resul-

tado primário, o governo precisou cortar em outras ações do Ministério do Desenvolvimento Social, pasta que administra o programa assistencial. O cancelamento atingiu R\$ 340 milhões – sendo R\$ 317,9 milhões em despesas correntes e R\$ 22,1 milhões em investimentos. O programa que mais perdeu foi o de aquisição de alimentos da agricultura familiar, reduzido em R\$ 64 milhões.

Além dos R\$ 340 milhões em cortes, o governo lançou mão de R\$ 1 bilhão que está inscrito na reserva de contingência. Os dois valores somados ao previsto no PLN 1/11 alcançam o patamar para cobrir a despesa adicional com o Bolsa Família.

(Com informações da Agência Câmara)



Senador Vital do Rêgo preside reunião da CMO: grupo vai estudar formas de tornar mais eficiente trabalho da comissão

Em 40 dias, grupo vai reavaliar funcionamento da comissão

A paralisação de obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU) também será item de discussão do grupo de trabalho criado ontem pela CMO. O grupo tem a tarefa de reavaliar os procedimentos orçamentários na comissão e de, em 40 dias, apresentar sugestões de mudanças.

No caso de obras com irregularidades, o objetivo será padronizar as normas de fiscalização e de punição dos responsáveis a fim de evitar que elas sejam suspensas e, como consequência, a população acabe prejudicada.

O tema une os relatores do Plano Plurianual (PPA), senadora Gleisi Hoffmann

(PT-PR), e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), que criticam a forma como a punição às irregularidades é feita atualmente.

Autora do pedido de criação do grupo de trabalho, a senadora Gleisi Hoffmann defende a criação de padrões de fiscalização, com uma diferenciação entre obras grandes e obras pequenas (veja ao lado).

O relator da LDO afirma que a paralisação das obras pune apenas a população que seria beneficiada com ela. Para Márcio Reinaldo, é preciso criar formas de punição para os verdadeiros culpados das eventuais irregularidades.

Gleisi quer mudanças na análise e votação

Gleisi Hoffmann (PT-PR) quer que a CMO reveja seu processo de trabalho. Relatora do Plano Plurianual, a senadora sugere que sejam revistas as regras sobre as emendas ao Orçamento às quais os parlamentares têm direito. Gleisi entende que apenas emendas relevantes para a vida da população deveriam ser aprovadas.

– Temos de nos perguntar qual é a efetividade que estas tendo em relação a essas emendas, se elas estão de fato gerando resultado e se conseguem, com esses resultados, mudar a vida das pessoas lá na ponta – disse.

A senadora também propôs que, quando houver suspeita de desvio de recursos em obras públicas, a punição recaia sobre o gestor, e não mais sobre a obra, que atualmente é paralisada, penalizando toda a sociedade.



Relatora do PPA defende punição do gestor, mas sem paralisação de obra

Gleisi informou que a CMO aprovou a criação de um grupo de trabalho que estudará esses e outros pontos da atuação do colegiado. O grupo tem 40 dias para avaliar os resultados da aplicação da Resolução 1/06,

que disciplinou vários procedimentos dentro da comissão e do Congresso.

Compromisso

Entre os temas que serão analisados, informou, estão a relatoria da receita, o rodízio de parlamentares na comissão e a criação de comitês especializados.

Para a senadora, é preciso analisar o que já foi aplicado da resolução e o que ainda precisa se tornar realidade.

Gleisi propôs ainda reduzir o valor destinado a cada parlamentar em emendas – R\$ 13 milhões por ano –, para que o Executivo de fato libere os recursos. Mas em contrapartida, haveria compromisso do governo de que não seriam feitos cortes às emendas.

– Aí nós vamos parar de brincar de fazer Orçamento – disse.

Vital prega equilíbrio entre governo e Congresso

Entre os itens a serem reavaliados pelo grupo de trabalho da CMO, está o sistema de apresentação das emendas. A relatora do PPA, Gleisi Hoffmann, defende a avaliação dos resultados alcançados pelas emendas para, a partir daí, definir novos critérios para apresentação.

Para o presidente da CMO, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), governo e Congresso devem encontrar equilíbrio na discus-

são das leis orçamentárias. O senador deu como exemplo a retirada da proposta da LDO 2012, pelo governo, da seção II do Anexo IV, que contém despesas ressalvadas de contingenciamento, aquelas de execução obrigatória. É nesse anexo que deputados e senadores concentram a maioria de suas emendas. O governo justifica a medida com o argumento de que a lei não pode ficar engessada.

Vital do Rêgo afirmou que a medida do Executivo será questionada na CMO. Mas adiantou que a intenção dos parlamentares é alcançar um consenso sobre a questão.

– Vamos negociar com o governo uma solução. Um caminho que retire a obrigatoriedade, atendendo ao governo, mas não prive os parlamentares de sua prerrogativa de apresentar emendas.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 20h30 serão publicados na edição de segunda-feira do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Incentivo à indústria automobilística

14h A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 8/11, proveniente da Medida Provisória 512/10, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva.

Drogas Saúde pública e tratamento

9h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e outras Drogas debate saúde pública e tratamento com representantes do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina.

Copa Acompanhamento

10h Reunião para formação da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Codesul e da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. A CDR analisa ainda projeto que define os critérios de classificação do espaço urbano e rural.

CCJ Proibição de coligação

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina a proibição de coligação entre partidos para eleições de vereadores e deputados estaduais, distritais e federais.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Licitação para manutenção elétrica

A Secretaria Especial de Comunicação Social divulgou nota com informações adicionais da Diretoria-Geral do Senado a respeito de contratação de serviços de manutenção elétrica pela Casa. Leia a íntegra da nota:

“Na manhã desta terça-feira, 19/4/2011, deu-se prosseguimento ao Pregão 148/10, destinado à contratação da manutenção elétrica do complexo arquitetônico do Senado Federal. Na oportunidade, foi declarada vencedora a empresa JB Construtora Ltda, cuja habilitação foi reconhecida em decisão liminar expedida pelo Juízo da 9ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal.

O contrato emergencial em vigor vence no próximo dia 29 de abril, enquanto a empresa vencedora terá o prazo de até 30 dias, contados da assinatura do contrato, para assumir os serviços. A Diretoria-Geral abreviará ao máximo o tempo necessário para a assinatura do novo contrato e tentará negociar com a empresa vencedora o menor prazo possível para a assunção dos serviços.

A depender da conciliação desses prazos, pode mostrar-se necessária a assinatura de novo contrato emergencial, com o prazo limitado ao período necessário à transição.

Destaque-se, todavia, que todas as empresas que participaram do certame tiveram a oportunidade de vistoriar as instalações, bem como houve uma explanação sobre o sistema elétrico do Senado, antes do início da licitação que ora se encerra.

Prudencialmente, para eliminar qualquer risco ao regular funcionamento do Senado Federal, esta Diretoria-Geral criou grupo de trabalho encarregado de vistoriar e elaborar relatório técnico circunstanciado das principais instalações do sistema elétrico do complexo arquitetônico do Senado Federal, de forma a viabilizar a transição de prestadoras de serviço sem percalços.”

Projeto reduz prazos de sigilo



Reduz de 30 para 25 anos o **prazo de sigilo** dos documentos classificados como ultrassecretos (com uma única prorrogação), a partir da data em que forem produzidos. Documentos classificados como secretos terão prazo de 15 anos de sigilo e os reservados, de cinco anos.



Normas valem para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, incluindo órgãos da administração direta dos três Poderes, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista etc.



Para ter **acesso** a dados do poder público, cidadão só precisa se identificar e especificar a informação requerida.



Órgão responsável deverá **conceder** acesso imediato à informação disponível ou informar a data em que isso poderá ocorrer.



Se o acesso não for possível, **razões** da recusa deverão ser indicadas. Se a negação ocorrer por se tratar de informação sigilosa, caberá recurso à autoridade competente, que terá cinco dias para se manifestar.



O serviço de busca e fornecimento da informação é **gratuito**, mas o interessado arcará com o custo da reprodução de documentos, se for o caso.



A **Comissão Mista de Reavaliação de Informações**, composta por ministros de Estado e integrantes indicados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, terá prazo de cinco dias para se manifestar em pedidos indeferidos.



Pode-se pedir à comissão que uma informação **deixe de ser classificada** como secreta ou ultrassecreta.



A comissão deve **rever**, a cada quatro anos, a classificação de informações secretas ou ultrassecretas guardadas pelo poder público.



Informações que puderem colocar em risco a segurança do **presidente** e do **vice-presidente** da República, de seus cônjuges e filhos, serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato.



Informações pessoais serão tratadas de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas. Terá acesso restrito, independentemente da classificação de sigilo, pelo prazo de cem anos, a contar da data de sua produção.



Recusa e retardamento deliberado de fornecer informações solicitadas serão considerados crime.



Também é delito dar **informações incorretas ou imprecisas** de forma proposital; adulterar, destruir, desfigurar ou ocultar informações sob a guarda do poder público.

Projeto que estabelece regras para a abertura de documentos oficiais sigilosos foi aprovado por duas comissões e líderes podem garantir sanção até o dia 3 de maio

Tramitação acelerada para novas normas sobre sigilo

O PROJETO QUE regulamenta o sigilo de documentos ultrassecretos, secretos e reservados em posse do poder público foi aprovado ontem pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O denominado projeto de Lei Geral de Acesso à Informação (PLC 41/10) depende agora de exame da Comissão de Relações Exteriores (CRE), mas pode ser votado pelo Plenário na semana

que vem, abrindo caminho para sua sanção pela presidente da República, Dilma Rousseff, no Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, que se comemora em 3 de maio.

– Esse não é um projeto de “caça às bruxas”, mas destinado a disponibilizar o acesso a informações públicas e permitir que a sociedade fiscalize o poder público – comentou Walter Pinheiro (PT-BA), relator na CCT.

O senador endossou o texto aprovado pelos deputados, com

quatro emendas de redação. Humberto Costa (PT-PE), relator na CDH, seguiu o mesmo caminho. Com isso, o projeto não precisará voltar à Câmara, segundo o presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM).

– A aprovação dessa matéria conclui o processo de transição democrática do país. O acesso a essas informações vai trazer mais transparência e aumentar a conscientização dos cidadãos sobre seus direitos e deveres – avaliou Eduardo Braga.



Walter Pinheiro (E), relator na CCT, optou por manter o texto aprovado pelos deputados, com quatro emendas de redação

Problema pode ser resolvido em veto presidencial

O senador Pedro Taques (PDT-MT) questionou dispositivo que impediria a divulgação de resposta a consultas de cidadãos sobre o acesso a informações públicas mantidas sob sigilo. Eduardo Braga também enxergou o mesmo problema, mas ponderou que, diante do acordo para não se alterar o conteúdo do projeto, essa correção poderá ser feita por meio de

veto presidencial. Por sugestão de Pedro Taques, foi mantido o mandato de dois anos para os integrantes da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, organismo que deverá ser composto por ministros e representantes do Legislativo e do Judiciário. A fixação de mandato dará independência à comissão, argumentou Taques, com o apoio de Eduardo Braga

e Pedro Simon (PMDB-RS).

As emendas incorporadas ao projeto também tiveram a intenção, de acordo com Walter Pinheiro, de deixar claro que a prorrogação do sigilo só se dará uma única vez e definir o nível hierárquico das autoridades nas esferas federal, estadual e municipal encarregadas de classificar as informações de caráter reservado.

Jorge Viana: “Mais uma conquista da democracia”

Ao destacar a importância da proposta aprovada nas duas comissões, o senador Jorge Viana (PT-AC) afirmou que a iniciativa “garante que qualquer cidadão possa obter informações em órgãos públicos, seja de seu interesse particular ou de interesse coletivo”.

Viana explicou que o projeto prevê a criação de um serviço de atendimento ao cidadão para informar sobre a tramitação de requerimentos. Ele lembrou que o projeto torna disponíveis informações que podem ser úteis a historiadores, pesquisadores e ao cidadão. “É uma oportunidade de o Brasil conhecer a sua história”, observou.

Segundo Jorge Viana, há um desejo da presidente Dilma Rousseff de que a matéria seja aprovada pelo Senado até 3 de maio, Dia da Liberdade de Expressão. Ele afirmou que a data simbólica vai permitir que

o Brasil possa “celebrar mais uma conquista da democracia, que é o acesso a informações tidas como sigilosas”.

– O mundo vive a democratização da informação. É muito importante que o Senado possa cumprir essa missão e o país possa celebrar mais uma conquista de cidadania.

Em aparte, Walter Pinheiro disse que o PLC 41/10 trata de



Jorge Viana lembra que informações podem ser úteis aos historiadores

transparência e segurança das informações públicas.

– O projeto permite olhar no retrovisor, mas nos orienta a continuar olhando pelo parabrisa – disse o senador.

Jorge Viana também homenageou o Dia do Índio, lembrando que no Acre há 14 nações indígenas e ainda existem tribos isoladas. Segundo o senador, “o governo faz questão de manter essas tribos isoladas, como forma de respeito à cultura indígena”.

Reforma política

O senador ainda relatou sua participação em uma reunião, na última segunda-feira, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a reforma política.

– Com exemplos de derrotas e vitórias, o ex-presidente pode nos ajudar a encontrar um caminho para a reforma política – afirmou.

Braga vê “ápice da transição democrática”

A votação em Plenário do PLC 41/10, que pode acontecer na próxima semana, representará o “ápice da transição democrática no Brasil”, afirmou ontem Eduardo Braga (PMDB-AM).

– Abrir as informações, dar acesso às informações, facilitar as informações é, sem dúvida nenhuma, um dos fatores de fortalecimento da democracia e dos direitos humanos – afirmou.

A intenção do governo é que a proposta tramite em regime de urgência e, se aprovada a tempo em Plenário, seja sancionada pela presidente Dilma Rousseff, no Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, a ser comemorado em 3 de maio.



Na avaliação do senador, abrir informações fortalece a democracia

Datas

No mesmo pronunciamento, o senador lembrou os 62 anos do jornal *A Crítica*, do Amazonas, e o Dia do Índio, ambos comemorados ontem. O senador defendeu avanços nas políticas sociais, econômicas e ambientais para que uma melhor qualidade de vida do povo indígena no Brasil.

Iniciativa aprovada pela CAE poderá ampliar a oferta de água potável no Nordeste, com o aproveitamento das reservas existentes no subsolo da região, que apresentam salinidade



Projeto de João Claudino (ao lado de Clésio Andrade) isenta de IPI aparelhos para transformar a água salgada em potável

Aprovado incentivo para a dessalinização da água

APARELHOS UTILIZADOS PARA transformar a água salgada em água potável poderão ficar isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), caso seja transformado em lei projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta seguirá logo para o exame da Câmara dos Deputados.

A medida alcança aparelhos de osmose inversa e equipamentos de destilação – incluindo partes e acessórios –, utilizados em processos de dessalinização da água. Com

a proposta (PLS 337/09), o senador João Vicente Claudino (PTB-PI) quer incentivar a adoção do processo, ampliando a oferta de água potável à população.

Potencial

O senador argumenta que, apesar de expressivas, as reservas de água existentes no subsolo da região Nordeste apresentam salinidade. Para o aproveitamento desse potencial subterrâneo, é preciso fazer a dessalinização, processo já adotado com sucesso por prefeituras do interior do país, para fornecimento de água em período de seca, conforme ex-

plica João Vicente Claudino.

O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), considerou que a isenção prevista no projeto resultará em benefícios para a população que enfrenta seguidos períodos de estiagem.

– Em muitas regiões do Nordeste, quando se fura um poço, a água é salobra, sendo preciso comprar o equipamento para fazer o tratamento da água. Muitas localidades longínquas do Piauí, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia precisam dessa solução – argumentou. O relator apresentou emenda de redação aperfeiçoando o texto da emenda do projeto.

Cristovam preside subcomissão que vai acompanhar a Rio+20

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reuniu ontem para instalar a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) foi eleito presidente e Francisco Dornelles (PP-RJ), vice.

De acordo com Cristovam, a subcomissão terá papel importante para despertar o interesse da opinião pública para o evento que vai ocorrer em junho de 2012 no Rio de Janeiro. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável recebeu o nome de Rio+20 para lembrar o Rio-92, evento realizado em 1992, também no Rio de Janeiro.

– A ideia do encontro é discutir como conciliar o progresso econômico com a preservação da natureza. É uma reunião que vai debater o futuro do mundo – explicou Cristovam.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que a partici-

pação do Congresso Nacional em assuntos que tratam de sustentabilidade mundial é de extrema importância.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) ressaltou que o debate, além das questões ambientais, será sobre a inserção do Brasil no cenário internacional. Já o senador Blairo Maggi (PR-MT) lembrou que o mundo todo discute a questão das mudanças climáticas.

– O Brasil tem muito a colaborar nas questões ambientais – disse Blairo, que presidiu a reunião.

A subcomissão já agendou visita ao Rio de Janeiro, no dia 2 de maio, para conhecer as instalações e verificar a infraestrutura do local do evento. A viagem também vai servir para um encontro com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e com o governador Sérgio Cabral.

A primeira reunião de trabalho da subcomissão está marcada para a próxima terça-feira, às 14h.



Senadores Randolfe Rodrigues (E) e Cristovam Buarque, na reunião da CRE



Presidente da CMA, Rollemberg quer debater mercado internacional de petróleo

Rollemberg aponta desigualdade social "agressiva" em Brasília

Ao lembrar os 51 anos de Brasília, que serão comemorados amanhã, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que a capital representa, de forma extremada, a realidade brasileira, com agressiva desigualdade social. Lembrando o crescimento desordenado da cidade, disse que é preciso incluir o entorno no processo de desenvolvimento.

– Cabe ao Distrito Federal representar para a sua vizinhança o mesmo papel que há meio século a nova capital representou para o Brasil. Assim, tal como a construção de Brasília foi decisiva para a incorporação

do Centro-Oeste e da Amazônia ao processo de desenvolvimento modernizador do país, dela hoje se espera algo semelhante.

O senador disse que Brasília precisa se preparar para o futuro e citou a Copa de 2014 e as Olimpíadas como oportunidades. Afirmou ainda que é preciso se preparar para a "nova ordem mundial".

– Brasília tem todas as credenciais para se constituir em ponta de lança desse processo. Aquela que foi considerada há 51 anos a capital da esperança há de se preparar para ser a capital do Mercosul – afirmou.

Senadores vão debater preços dos combustíveis

A política de preços de combustíveis e a conjuntura do mercado internacional de petróleo devem ser debatidas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta foi feita pelo presidente da comissão, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), e foi aprovada ontem.

Devem ser convidados representantes da Agência Nacional

do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Petrobras, do Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Belo Monte

A comissão aprovou também a inclusão de representantes das populações ribeirinhas e

indígenas na audiência pública que discutirá o impacto ambiental das obras da usina de Belo Monte (PA).

De acordo com proposta de Rollemberg, já estavam previstas as presenças de representantes do Ministério do Meio Ambiente e do consórcio Norte Energia.

A comissão ainda definirá as datas em que as duas audiências serão realizadas.

Casildo Maldaner pede união parlamentar por Defesa Civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu a união do Congresso em torno da aprovação de matérias que tratem da Defesa Civil.

Ele citou proposta (PLS 388/08) que apresentou, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para instituir a Contribuição Social para a Defesa Civil.

O projeto cria encargo sobre o valor do prêmio de seguros privados, como os contratados para carros e imóveis. A alíquota proposta é de 1% e o valor

arrecadado seria rateado entre a Defesa Civil da União, dos estados e dos municípios. Pela proposta, os recursos seriam aplicados em campanhas educativas, na promoção de ações da Defesa Civil e em resposta às calamidades públicas.

Para o senador, é preciso uma Defesa Civil eficiente e organizada, que possa propor soluções com recursos humanos qualificados, com foco na redução de desastres e preparo na prevenção de acidentes e na atuação nas



Senador defende projeto que cria encargo sobre prêmios de seguros

emergências.

– Quanto mais eficiente a prevenção, menor o alcance dos desastres – disse.

Audiências vão analisar andamento das obras da Copa

Uma série de audiências públicas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) discutirá o andamento das obras da Copa do Mundo de 2014.

A primeira delas está prevista para a próxima terça-feira, com gestores das obras na Bahia e no Ceará e nas capitais Salvador e Fortaleza. No dia seguinte, serão ouvidos os representantes do Amazonas e do Rio Grande do Sul e das respectivas capitais, Manaus e

Porto Alegre.

Em 11 de maio, será a vez dos gestores de obras em Curitiba e na cidade do Rio de Janeiro. Em 17 de maio, devem participar os responsáveis no Distrito Federal, nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte e na cidade de Natal.

Para a audiência de 18 de maio, foram convidados os gestores nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, e mais os de Belo Horizonte e Recife.

Inácio Arruda: jogos deixarão grande legado

A Copa do Mundo de 2014 deverá agregar R\$ 183 bilhões ao produto interno bruto (PIB), de 2011 até 2019, previu o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Serão investidos cerca de R\$ 23 bilhões em infraestrutura e R\$ 10 bilhões no setor de serviços. O senador apostou que os mais de 600 mil turistas esperados para os jogos trarão cerca de R\$ 3,9 bilhões ao país. A arrecadação de impostos terá um acréscimo de R\$ 16 bilhões.

De acordo com Inácio Arruda, as 12 cidades que sediarão os jogos já têm amplos projetos de mobilidade urbana e os estados receberam financiamento federal para tocar empreendimentos e reformar ou construir estádios.

– Muitos desses empreendimentos já poderiam ter sido iniciados, mas foram exigidas mudanças nos projetos de obras civis e infraestrutura aeroportuária, inclusive no Congresso – explicou.

O senador acrescentou que o evento deve gerar maior consumo das famílias, aumentar a circulação do dinheiro e abrir novos postos de trabalho. Nas contas de Inácio Arruda, serão criados 332 mil empregos permanentes de 2009 a 2014.

– Isso modifica e melhora a vida nas cidades. O nosso país está examinando a possibilidade de abrir mais amplamente o seu mercado de trabalho porque nas grandes cidades já está faltando mão de obra especializada e, em alguns casos, até não especializada.

Estádios

Inácio Arruda afastou a possibilidade de os estádios serem mal aproveitados depois da Copa, problema enfrentado por países sem tradição no futebol que já hospedaram a competição.

– Se tem uma coisa que o brasileiro gosta é de futebol. É claro que nenhum empreendimento dessa ordem será desperdiçado. Estamos aproveitando a Copa para melhorar nossas cidades, pois a Copa dura um mês, mas deixará um grande legado para o Brasil – disse.

Aeroportos podem atender a eventos, diz Walter Pinheiro

As obras nos aeroportos devem ser pensadas para “além da Copa de 2014”, afirmou Walter Pinheiro (PT-BA). O senador elogiou a atuação do governo federal na condução das obras de infraestrutura para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos do Rio.

– A Copa passa, mas as cidades vão continuar; 2014 deve ser uma oportunidade, um horizonte, mas não pode ser um fim – disse.

O senador também criticou diversas “interpretações de setores da mídia e da oposição” sobre nota que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou na quinta-feira. Das obras de expansão previstas para 13 aeroportos, o instituto prevê a conclusão de apenas três até junho de 2014, início da Copa.

– Pode ser que exista uma dose de má-fé ou ignorância nas interpretações. A possibilidade de algumas obras não estarem concluídas não significa que os aeroportos estarão inoperantes – afirmou.

Para ele, as obras são necessárias, mas os aeroportos podem atender a grandes eventos. O senador citou o Carnaval em Salvador, que movimentou 60 mil turistas e, no pico, tem público de até 500 mil pessoas, enquanto o estádio da capital baiana vai ter capacidade para 55 mil torcedores.

Pinheiro afirmou que a movimentação da economia motivou o acesso maior às viagens de avião. Também disse que foi no governo Lula que os aeroportos começaram a ser mais frequentados e tiveram várias obras iniciadas.

– No tempo em que a oposição era governo, o mercado de aviação era tão pequeno que empresas como a Transbrasil e até a Varig terminaram por sucumbir – declarou.

Para Pinheiro, as obras de infraestrutura devem “permitir que os cidadãos se locomovam com mais facilidade”.

– Só é possível tratar bem os visitantes que vêm de fora para os grandes eventos se permitirmos que os de dentro tenham condições de bem viver – completou.

Comissão chama representantes do Ministério da Fazenda e dos estados para discutir os impactos sobre a indústria nacional dos estímulos adotados por alguns governos



Jucá (D) é autor de projeto que busca solucionar problemas causados pela guerra fiscal e proteger a produção nacional

CAE debate riscos da política de incentivos à importação

PREOCUPADOS COM O impacto, na indústria nacional, da política de incentivo à importação adotada por alguns estados, senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutem o assunto na terça-feira que vem com o Ministério da Fazenda e secretários estaduais da área.

Autor da sugestão, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) explicou que o debate vai analisar o projeto de resolução (PRN 72/10), de sua autoria, que busca solucionar os problemas decorrentes da disputa fiscal que se estabeleceu entre os estados e proteger a produção nacional.

– Estamos hoje sofrendo um problema grave de desindus-

trialização no país, porque estão sendo dados incentivos fiscais a produtos importados em detrimento da produção brasileira – disse Jucá.

O senador explicou que a entrada de mercadorias importadas em um estado gera, para esse estado, uma arrecadação potencial de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esse fator, associado a políticas de incentivos criadas pelos governos estaduais, na chamada “guerra fiscal”, faz com que o ICMS seja instrumento para estabelecer vantagens comparativas ao produto importado, em detrimento do produzido no país.

Foram convidados para o de-

bate o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; o secretário da Fazenda da Bahia e coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Carlos Marques de Santana; o secretário da Fazenda do Espírito Santo, Maurício Duque; o secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi; e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

TV por assinatura

A CAE aprovou ontem a realização de audiência pública para discutir o projeto PLC 116/10, que regulamenta a TV por assinatura, em conjunto com outras quatro comissões.

Viagens de avião ao exterior terão taxa de US\$ 2

A CAE aprovou ontem projeto que autoriza o governo federal a cobrar, de cada passageiro que viajar de avião ao exterior, uma taxa equivalente a US\$ 2 e a doar essa arrecadação à Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a Aids, Tuberculose e Malária (Unitaid). O texto (PLC 149/10) foi aprovado em decisão terminativa e só depende da sanção presidencial

para virar lei.

A Unitaid foi criada em setembro de 2006 por iniciativa dos governos do Brasil e da França, recebendo em seguida o apoio do Chile, Noruega e Reino Unido. Alguns desses países já adotam a taxa sobre passagem aérea como fonte de recursos, visando à compra e à distribuição de medicamentos em nações em desenvolvimento.

O projeto também autoriza a doação anual, pelo governo brasileiro, de US\$ 20 milhões à Aliança Global para Vacinas e Imunização, que atua na proteção à saúde da população de países mais pobres. A doação será distribuída em parcelas iguais, ao longo de 20 anos.

Wilson Santiago defende adoção do imposto único

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu, em discurso, a aprovação da reforma tributária, com a criação de um imposto único para pessoas físicas e jurídicas. Na opinião do senador, um só imposto reduziria a grande carga tributária brasileira sem reduzir a arrecadação do Estado.

A medida também simplificaria o processo de tributação, reduzindo os custos decorrentes da arrecadação não só para o governo, mas também para empresas que hoje arcam com quase R\$ 24 bilhões por ano para processar a escrituração fiscal. Esses recursos, na avaliação do senador, poderiam ser revertidos para a geração de novos empregos.

Wilson Santiago explicou



Senador afirma que medida não reduziria arrecadação do Estado

que o imposto seria eletrônico e automático. A proposta é debitar 1% dos rendimentos quando forem recebidos e outro 1% à medida que forem sendo gastos.

Segundo o senador, a adoção de um imposto único, mesmo que com valor mais baixo do que os existentes hoje, contribuiria para a expansão da atual base contributiva, uma vez que o tributo seria menos vulnerável à sonegação.

MP traz incentivo para indústria automobilística

Foi lida ontem em Plenário a proposta que concede incentivos fiscais às indústrias automotivas instaladas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A condição para o benefício, segundo o Projeto de Lei de Conversão 8/11, proveniente da Medida Provisória 512/10, é que as iniciativas envolvam projetos com novos investimentos e pesquisas de novos produtos ou modelos de veículos.

A MP foi aprovada pela Câmara na semana passada e se transformou em PLV porque o relator, deputado Moreira Mendes (PPS-RO), fez alteração no texto original enviado pelo Executivo, acrescentando dispositivo que estende os benefícios fiscais às indústrias automotivas situadas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

Em audiência pública ontem, diretor de Planejamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste detalhou propostas para a região

Para Sudene, desafio é executar plano para NE

O PRINCIPAL DESAFIO da Sudene não é criar um plano de desenvolvimento para o Nordeste, mas tirar tudo isso do papel, afirmou Guilherme Rebouças, diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Ele participou de audiência pública na subcomissão permanente que trata do tema, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). O diretor detalhou a versão para discussão do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), cujas diretrizes ainda precisam ser aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Sudene antes de passar ao exame do

Congresso Nacional.

– O desafio é fazer esse plano acontecer – disse.

O objetivo do plano não é abranger todos os setores importantes para o crescimento da região, mas definir algumas ações prioritárias.

Para a superação das desigualdades regionais, Rebouças sugere que estados, municípios e a União formem um “pacto pelo Nordeste”. Na opinião do diretor, apesar de concentrar os municípios com piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, a região não pode ser encarada como problema, mas como oportunidade de crescimento. Segundo Rebou-

ças, é preciso criar um modelo de desenvolvimento próprio, levando em conta as características locais.

– O Nordeste não precisa ser São Paulo para depois vir a ser o Nordeste que a gente quer. O caminho para o desenvolvimento não é único – disse.

Entre as diretrizes para a superação da pobreza na região, Rebouças apontou o investimento em educação e infraestrutura. A diversidade cultural da região seria, por outro lado, um grande ativo no momento atual.

– É um ativo que tem grande valor na geração de riquezas numa sociedade do conhecimento.

Órgão precisa de mais força política, diz Wellington Dias

Na audiência com o diretor da Sudene, o presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI), disse que o órgão precisa ter “mais força política” para colocar seus planos em prática. Segundo o senador, não adianta “apenas planejar”.

– Tem que ter força política para coordenar. Não pode ser um departamento do Ministério da Integração. Ou é um órgão vinculado à Presidência com status de ministério para poder dialogar com cada ministro, ou é preferível fechar – criticou o senador.

Ele também pediu que as propostas da Sudene contidas no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), em fase de elaboração pelo órgão, definam ações concretas e sejam encaminhadas para a subcomissão.

– O plano que eu quero ver tem que dizer isso: tem que saber exatamente o que é e onde é. Se a gente não tiver a clareza do que precisamos para cada área, não sai – afirmou

Wellington Dias.

Ao responder ao senador, o diretor Guilherme Maia Rebouças disse que a inclusão de projetos no plano esbarrou na resistência dos ministérios.

– A recepção na Esplanada dos Ministérios foi a pior possível. A reação foi: “Lá vem o Nordeste de novo pedindo mais projetos, mais isso e mais aquilo” – disse.

Eduardo Amorim (PSC-SE), também acredita que o órgão precisa de ações concretas para superar as desigualdades regionais.

– É preciso ir efetivamente à prática, ter uma planejamento forte mirando sobretudo em resultados – disse.

Para Lidice da Mata (PSB-BA), a Sudene tem que assumir o papel de coordenadora e planejadora do desenvolvimento.

José Pimentel (PT-CE) propôs à Sudene concluir o planejamento regional até o início do semestre para que possa ser incorporado ao Plano Plurianual (PPA) do governo.



Guilherme Rebouças (E) expõe diretrizes de plano regional. Ao lado, os senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim

Humberto Costa: punição maior para fraudes no SUS

Humberto Costa (PT-PE) anunciou a apresentação de projeto para mudanças na Lei Orgânica da Saúde, visando definir as responsabilidades dos gestores, ampliar a transparência na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e pôr fim à impunidade para quem desviar recursos.

O senador disse que o projeto, que cria a Lei de Responsabilidade Sanitária no âmbito do SUS, além de estabelecer mecanismos para assegurar a transparência na execução e fiscalização das políticas

públicas de saúde, define procedimentos de ajuste de conduta nos casos em que as metas não forem cumpridas; e, para os casos de gestão fraudulenta, determina punições administrativas e criminais.



Humberto Costa

Suplicy lê nota do INSS sobre denúncia de leilões de imóveis

Em nome do presidente do INSS, Mauro Hauschild, e do procurador-chefe do instituto, Alessandro Antonio Stefanutto, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) respondeu a denúncia da revista *IstoÉ* de que imóveis do INSS estariam sendo leiloados por preços abaixo dos de mercado. Suplicy leu nota oficial divulgada pela direção do órgão.

Segundo a nota do instituto, foram realizados três leilões de imóveis recentemente. No primeiro e no segundo lotes, foram vendidos cinco imóveis por quase R\$ 8 milhões, nenhum abaixo da avaliação feita por um oficial de justiça avaliador – e não pela Previdência Social. No terceiro leilão, ocorrido na semana passada, não houve lances.



Eduardo Suplicy

Alvaro quer que Senado apure denúncia da Veja

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o Senado precisa apurar as denúncias publicadas na última semana pela revista *Veja* sobre os motivos que teriam levado o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a desistir da indicação de Cesar Asfor Rocha ao Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com a revista, após comunicar a Cesar Asfor, então presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o havia escolhido para a vaga, o presidente Lula teria sido informado de que

o ministro havia pedido propina para decidir no STJ em favor de determinada empresa. A informação teria sido passada por Roberto Teixeira, advogado e compadre do ex-presidente, “que nada fez”, disse Alvaro.



Alvaro Dias

Marinor lembra acusações contra Jader Barbalho

Marinor Brito (PSOL-PA) disse ontem que “não é fácil para pessoas de bem, honestas e que se pautam pela ética” ver políticos que “cometeram crimes gravíssimos” obterem atestado de bons antecedentes e retornarem ao cenário político como se nada tivesse acontecido.

A senadora se referia ao ex-senador Jader Barbalho, que poderá assumir o mandato no lugar dela por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Marinor lembrou das acusações

feitas em 2000 pelo senador Antonio Carlos Magalhães, já falecido, sobre o envolvimento de Jader Barbalho, entre outras, nas fraudes da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).



Marinor Brito

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e

Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Geovani Borges • Paulo Davim • Pedro Taques • Blairo Maggi • Cyro Miranda • Wilson Santiago • Ana Amélia • Paulo Paim • João Vicente Claudino

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Davim pede maior controle sobre *bullying* nas escolas

As ocorrências de *bullying* no ambiente escolar exigem políticas públicas eficazes para que a escola melhore, e para que diminuam os índices de violência em toda a sociedade, afirmou Paulo Davim (PV-RN), pedindo também mais atenção de pais e professores.



Paulo Davim

Para o senador, no ambiente escolar “deveria prevalecer a cultura, o aprendizado e a paz, principalmente para a criança e o adolescente”.

Em menção à tragédia ocorrida no último dia 7 em uma escola pública no Rio de Janeiro,

o senador disse que uma possível razão seria o fato de o atirador ter sofrido humilhações quando frequentou a escola. Para Davim, tão logo um problema seja identificado, é preciso dar atenção ao autor e à vítima da humilhação.

– O *bullying* pode acontecer por meio de agressões, intimidações no ambiente escolar e ainda por meio de assédio sexual, com uso de fotos e vídeos na internet. Pais e educadores precisam estudar o problema e promover campanhas de conscientização de todos os alunos – afirmou.

Ângela aponta má aplicação de dinheiro do Fundeb em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) disse ontem que, “lamentavelmente”, os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) estão sendo mal utilizados no estado de Roraima, com “distorções claras”.



Ângela Portela

A senadira observou que o volume de recursos destinados ao estado cresceu 126,44%, saindo de R\$ 111 milhões em 2004 e chegando a R\$ 251 milhões em 2010. Ela assinalou que, no

período, a população cresceu apenas 18,15% e o número de estudantes diminuiu: passou de 106 mil em 2005 para 86.147 em 2010.

– Seria de se esperar uma significativa evolução, senão quantitativa, ao menos na qualidade do ensino proporcionado às nossas crianças e adolescentes. Ocorreu justamente o contrário – afirmou Ângela Portela, acrescentando que o ensino de Roraima está “literalmente caindo aos pedaços”.

Flexa exalta a memória de Hélio Gueiros



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) exaltou ontem a memória do ex-prefeito de Belém, ex-deputado estadual e federal, ex-senador e ex-governador do Pará Hélio Mota Gueiros, que morreu na sexta-feira, em Belém, com insuficiência renal.

Flexa Ribeiro disse que, mesmo durante o período em que teve de conviver com a doença, Gueiros não perdeu o bom humor. O senador disse que a história do ex-governador se mistura com a do Pará e a do Brasil.

Lídice defende a santificação de Irmã Dulce



Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) homenageou a missionária baiana Irmã Dulce, que será declarada beata pela Igreja Católica, em 22 de maio, em solenidade no Parque de Exposições de Salvador.

– A trajetória de vida dessa extraordinária mulher, que não descansou na missão de ajudar os que estavam à margem de qualquer direito ou conforto, não deixa dúvida sobre sua santidade, testemunhada por milhares de moradores de rua – disse a senadora.

João Vicente lamenta mortes em acidentes com motos no PI

João Vicente Claudino (PTB-PI) disse que se surpreendeu ao saber que o município de Picos, o terceiro maior do Piauí, ficou em primeiro lugar no Brasil no índice de mortes causadas por acidentes com motocicletas: 43,8 mortos por 100 mil habitantes.

O senador teve acesso aos dados ao ler estudo sobre violência no trânsito publi-

cado pelo jornal *O Globo* na semana passada.

De acordo com João Vicente, não existe uma organização do trânsito em Picos. Além disso, a conservação das vias urbanas deixa a desejar e o atendimento aos acidentados é ainda pior. O senador assinalou que também não verificou qualquer atuação do governo estadual.

Captação de recursos quer estimular produção, distribuição e venda de livros, além de financiar a ampliação e a atualização dos acervos das bibliotecas públicas

CAE aprova criação de um fundo de incentivo à leitura

O PROJETO DO senador José Sarney (PMDB-AP) que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. Para entrar em vigor, a proposta (PLS 294/05) precisa ainda ser aprovada pela Câmara. A aprovação ocorreu um dia depois do Dia Nacional do Livro Infantil.

O fundo visa captar recursos para fomentar a produção, a distribuição e a comercialização de livros, incluindo a exportação, como prevê a Política Nacional do Livro (Lei 10.753/03). Terá recursos do Tesouro Nacional, de doações, legados, subvenções e auxílios, entre outras fontes, e não terá prazo determinado de duração.

Entre os objetivos do FNPL, está a atualização do acervo de bibliotecas públicas e a inclusão de livros em sistema braille, além da capacitação de pessoas que trabalham nos setores gráfico, editorial e livreiro.

Financiamentos

Os financiamentos com recursos do FNPL serão feitos a fundo perdido ou por empréstimos reembolsáveis para a produção e a distribuição de publicações.

A execução de projetos buscará estimular a regionalização



José Cruz/Senado Federal

Relator, Inácio Arruda (E) lembra que brasileiro vê muita TV, mas lê pouco

da produção literária, técnica e científica. Os recursos do fundo poderão financiar até 80% do custo total de cada projeto de edição ou distribuição de obras literárias, conforme previsto no projeto.

O relator na CAE, Inácio Arruda (PCdoB-CE), acolheu cinco emendas feitas pela Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que tratam da gestão do FNPL. No debate, o relator elogiou a proposta e ressaltou a necessidade de aumentar o acesso dos brasileiros aos livros.

– Nosso povo ainda lê pouco. Vê muita televisão, ouve muito rádio, mas lê pouco – resumiu.

Professor pode ter prioridade para receber restituição do IR

O contribuinte que tenha no magistério sua maior fonte de rendimentos poderá receber a restituição do Imposto de Renda logo após os idosos e antes dos demais cidadãos. O benefício aos professores consta de projeto aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se não houver recurso para apreciação no Plenário, o texto seguirá para a Câmara.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) assegura ao contribuinte com mais de 60 anos prioridade no recebimento da restituição. A intenção do autor do projeto (PLS 6/09),

Cristovam Buarque (PDT-DF), é colocar os professores em segundo lugar nessa ordem de prioridade.

– Esse projeto visa dizer a todo o Brasil que professor é uma pessoa especial e, como tal, será tratado de forma especial – diz o senador.

O relator, Jayme Campos (DEM-MT), apresentou voto pela rejeição do projeto, sob o argumento de inconstitucionalidade. O parecer foi lido pelo relator, Cyro Miranda (PSDB-GO). No entanto, o parecer foi derrubado por 9 votos a 5. A proposta já tinha sido aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Homenagem à educação física sem fronteiras

O Plenário aprovou ontem requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) de homenagem, na próxima terça-feira, aos cinco anos do projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras.

Foi aprovado ainda requerimento do senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pedindo a realização de homenagem ao centenário de criação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no dia 9 de maio.

Cota para mulheres em conselhos de estatais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto estabelecendo que pelo menos 40% dos membros de conselhos de administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista deverão ser mulheres.

O texto recebeu voto favorável do relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), e segue agora para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

De acordo com a proposta (PLS 112/10), o preenchimento

dos cargos por mulheres deverá ser gradual: 10%, até o ano de 2016; 20% até 2018; 30% até 2020 e 40% até 2022.

Conforme a autora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), a participação das mulheres nos conselhos de administração das 20 maiores empresas públicas brasileiras não passa de 5%, enquanto no mercado de trabalho é superior a 47%.

No debate, as senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Amélia (PP-RS) consideraram a proposta importante

para acabar com a discriminação de gênero. Conforme observaram, mesmo conquistando qualificação profissional, as mulheres continuam sendo preteridas quando se trata de cargos de direção.

No parecer, Claudino considera necessária a regulação da matéria, para que seja possível reverter o quadro, cumprindo a determinação constitucional de “proteção do trabalho da mulher, mediante incentivos específicos”. O relator apresentou duas emendas, visando aperfeiçoar o projeto.



"Estamos vivos e estamos resistindo", diz o cacique Arão da Providência, na CDH, ao lado do senador Paim

Índios pedem fim de injustiça histórica e acusam Funai de omissão

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, caciques defendem combate efetivo ao contrabando de minérios, ao narcotráfico e à negligência na proteção de fronteiras

QUEIXA GERAL DE povos indígenas contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a favor da exoneração do seu presidente, Márcio Augusto Freitas de Meira, marcaram ontem, Dia do Índio, a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinada a encontrar soluções para as dificuldades enfrentadas por esses povos.

– Estamos vivos e estamos resistindo – afirmou o cacique Arão da Providência, criticando as políticas conduzidas pelo governo nessa área.

O cacique Celestino Xavante se disse indignado com as dificuldades vividas pelos indígenas "e nunca solucionadas pelos órgãos governamentais". Como ele, a ianomâmi Marilena Macuxi protestou por melhores condições de vida nas aldeias.

O cacique Álvaro Tukano defendeu um combate mais efetivo ao narcotráfico, ao contrabando de minérios e à

negligência na proteção das fronteiras.

– Quando o Estado, o presidente da Funai, se omite e não consulta as lideranças indígenas, viola os nossos direitos constitucionais. E é isso o que o governo tem feito. Não conversa com as lideranças indígenas – afirmou.

"Índio não é peça de museu", afirmou o senador Wellington Dias (PT-PI), descendente de indígenas. Ele destacou que "há índios e índias espalhados pelo Brasil em condições de serem os líderes do seu destino e que não querem ser visitados por escolas como bichos estranhos".

– Que eles possam ser parte na construção do Brasil – disse.

No encontro, as lideranças indígenas defenderam sugestão de Vicentinho Alves (PR-TO) de criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, para substituir a Funai.

A iniciativa da audiência foi do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Ouvidor da Funai anuncia novas demarcações

O advogado Paulo Celso de Oliveira, ouvidor da Funai, anunciou novas demarcações de terras indígenas em São Paulo (Piaçaguera), Mato Grosso do Sul (Guarani Kaiowá) e Rio Grande do Sul (Forquilha), assinadas ontem pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que também se comprometeu a procurar o Congresso para tratar de alterações no Estatuto dos Povos Indígenas.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a exoneração de Márcio Meira, presidente da Funai, foi o pleito mais ouvido durante a audiência. O ouvidor da Fundação defendeu Meira, mas reconheceu que muitas questões pleiteadas pelas comunidades indígenas ainda precisam ser sanadas.

– Os povos indígenas avançaram em muitas questões de terra, mas o governo federal reconhece limitações nas ações – disse.

Na audiência, os senadores Ana Rita (PT-ES), Cyro Miranda (PSDB-GO), Pedro Taques (PDT-MT), Ângela Portela (PT-RR), Paulo Davim (PV-RN), Marinor Brito (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM) enalteceram a contribuição dos povos indígenas à formação da nação brasileira.

João Pedro lê manifesto contra Código Florestal



João Pedro

João Pedro (PT-AM) leu em Plenário, ontem, o manifesto *Carta de Parintins – Grito da Floresta*, contrário ao substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei 1.876/99, que altera o Código Florestal Brasileiro.

Na carta, redigida no final de semana, entidades como Greenpeace e Instituto Brasileiro de Direito Ambiental (IBDA), além de várias organizações de trabalhadores e indígenas da região Norte, alertam para uma "iniciativa de desmonte do Código Florestal Brasileiro em curso, disfarçada de 'modernização' da lei".

"As consequências do Código Florestal ruralista são desastrosas para quem depende da floresta para se sustentar. E significam um tiro no pé da própria agropecuária, que precisa da floresta em pé para garantir o regime de chuvas e o clima que sustentam a produção", diz o texto de Parintins.

Wellington pede reflexão sobre a situação indígena

O Dia do Índio é um momento importante para se refletir sobre o tratamento que os povos de outras etnias têm dado aos indígenas no Brasil, declarou Wellington Dias (PT-PI). A chegada do colonizador europeu significou "um sofrimento sem fim" para a população nativa, assinalou o senador. Massacrados, ainda hoje os índios brasileiros sofrem diversas formas de violência e preconceito.

De ascendência indígena, Wellington Dias lembrou que durante muito tempo houve uma "falsa ideia de que não havia índios no Piauí". No último censo, 5 mil pessoas se declararam indígenas no estado.

– Nada mais oportuno nessa data do que recuperar os atos de bravura dos índios do Piauí. Falo como índio-descendente – disse.

Para fugir da escravidão, segundo o senador muitos índios negavam sua identidade, misturando-se à população mestiça.

Wellington Dias relatou ainda que durante o período em que foi governador do Piauí iniciou o processo para reconhecer três tribos naquele estado: a dos cariris, a dos codó-cabeludos e a dos itacoatiaras.

Geovani cobra atenção a crianças que mendigam

O senador Geovani Borges (PMDP-AP) afirmou ontem que os pais ou responsáveis de pelo menos um quarto dos meninos e meninas que se encontram mendigando nas ruas de todo o país recebem ajuda por meio de programas sociais como o Bolsa Família.

O senador disse que é dever do Estado manter as crianças na escola e de toda sociedade, cobrar das famílias essa manutenção. Além disso, continuou, é dever de todos trabalhar para que essas famílias tenham consistência e solidez moral e afetiva para cuidar e vigiar suas crianças.



Geovani cobra posição da sociedade



Senadora critica decisão do governo

Ana Amélia: luta contra crack teve verba reduzida

Ana Amélia (PP-RS) lamentou ontem o corte orçamentário no programa de enfrentamento ao crack. Segundo a senadora, apesar de o governo ter anunciado gastos de R\$ 400 milhões para combater o problema, o programa recebeu apenas R\$ 5 milhões.

A senadora informou que esses dados foram apresentados no seminário *Crack: Construindo um Consenso*, do Conselho Federal de Medicina. Ana Amélia compareceu ao evento junto com o senador Wellington Dias (PT-PI), presidente da subcomissão temporária que trata de dependência de drogas.

Valdir Raupp quer infraestrutura para evitar desperdício de gás

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu investimentos em infraestrutura como forma de evitar o desperdício de 15 bilhões de metros cúbicos de gás natural por ano. Segundo o senador, o gás extraído junto com o petróleo é queimado nas plataformas por falta de transporte.

– Estamos queimando por queimar, sem aplicar na atividade produtiva, cerca de 11% de toda a produção nacional de gás natural, segundo números da Agência Nacional de Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural (ANP), quando o ideal, de acordo com padrões internacionais, seria uma perda de, no máximo, 4%.

Raupp informou que Vanessa



Raupp: gás é queimado em plataformas

Grazziotin (PCdoB-AM), Eduardo Braga (PMDB-AM) e outros senadores participariam, ontem, de audiência com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para tratar dos apagões na região Norte. Para Raupp, é importante que a geração de energia seja sustentada por usinas que possam usar gás em vez de carvão.



Senadora destaca resistência de Cuba

Vanessa comemora os 50 anos da revolução cubana

No último sábado, 16 de abril, Cuba comemorou o 50º aniversário da proclamação do caráter socialista da revolução cubana e da vitória contra a tentativa de invasão norte-americana na batalha de Girón. O registro foi feito pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que coordena o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba.

– Como Cuba resistiu esses anos todos. Não quero dizer que Cuba é um regime perfeito, não. Eles mesmos estão mudando uma série de questões que consideram já estejam ultrapassadas – afirmou a senadora.

Vital defende maior prazo para tarifa social

Vital do Rêgo (PMDB-PB) fez apelo à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para determinar às empresas distribuidoras que façam uma ampla campanha publicitária e ampliem os prazos para recadastramento de consumidores de baixa renda que se beneficiam com a Lei da Tarifa Social de Energia Elétrica, que garante redução de até 65% na conta.

O senador explicou que os consumidores beneficiados com a tarifa precisam atualizar seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do governo e, assim, continuar recebendo o benefício.



Vital: prazo de recadastramento